

Biografia de Mario Sepi

Do sindicalismo ao compromisso com o modelo social europeu

As raízes da vocação europeia: "a juventude federalista"...

A minha história cruza-se com a do Comité desde os anos 60, quando me aproximei das problemáticas europeias e desenvolvi uma forte sensibilidade para o tema da Europa social, graças à experiência no movimento federalista europeu – na chamada "juventude federalista" – em que ocupei o cargo de secretário da secção romana.

Em 1966, enquanto investigador do IAI (Instituto de Assuntos Internacionais), comecei a trabalhar na área da política social e sindical na Europa. De 1969 a 1974 tive oportunidade de conhecer e colaborar com o Comité na qualidade de perito para as relações com os países mediterrâneos.

O destino quis que o meu primeiro trabalho neste instituto, presidido por Altiero Spinelli, fosse a análise de um ensaio sobre o papel do Comité Económico e Social.

Nos anos 70 e 80, os meus esforços centraram-se na actividade de sindicalista da CISL, primeiro como perito de política internacional e depois como secretário nacional da FIM (Federação Internacional de Metalomecânicos), responsável pela política industrial e pelas convenções colectivas.

Nesses anos, trabalhei bastante no sector aeronáutico e automobilístico, estive entre os protagonistas que levaram o sindicato a assinar o acordo FIAT em 1984, que pôs fim à longa crise desencadeada pelas lutas dos anos 80.

Este acordo permitiu readmitir na empresa os trabalhadores que haviam ficado fora e constituiu uma vitória para as negociações sindicais, num período em que os trabalhadores tinham de enfrentar intensas batalhas pelos direitos e ocorriam mudanças sociais decisivas, tanto em Itália como na Europa.

Uma ideia central na acção sindical: o desenvolvimento social

A partir dessa época, em todas as funções que assumi no sindicato procurei sempre seguir um fio condutor: o empenhamento numa determinada ideia de desenvolvimento social.

Este elemento foi também uma das razões de ser do próprio Comité Económico e Social, ao qual o Tratado de Roma, ao criá-lo em 1958, atribuiu desde o início uma responsabilidade fundamental pela realização do modelo social europeu.

A ideia de promover o desenvolvimento social inspirou a minha acção posterior no âmbito da cooperação internacional quando, no início dos anos 90, cheguei à direcção do ISCOS (Instituto Sindical para a Cooperação para o Desenvolvimento).

Graças a esta função trabalhei em vários projectos com países em vias de desenvolvimento, colaborando com as instituições de cooperação, tanto a nível italiano como europeu, e tentando insuflar nas relações com países terceiros a ideia de um desenvolvimento da sociedade civil comum ao Norte e ao Sul.

Formação, reconversão para actividades profissionais que valorizem as pessoas, promoção da cooperação entre as várias categorias sociais dos vários sectores económicos, empenhamento no exercício das liberdades sindicais: estes foram os elementos principais da minha actividade a favor da cooperação com países como Moçambique, Mali, Chile e Brasil.

Em particular, no que se refere ao Brasil, tive um papel activo na cooperação na luta contra a ditadura - luta liderada pelo actual presidente Lula - através de inúmeras actividades de formação no âmbito da escola sindical

criada em Belo Horizonte, onde era a fábrica da FIAT.

O facto de ter feito sempre parte de organismos sindicais a nível europeu, como é o caso da FEM (Federação Europeia de Metalomecânicos) significou, por um lado, prosseguir, ininterruptamente com o fio condutor sobre a Europa e, por outro, promover a participação dos sindicatos nacionais no movimento europeu, contribuindo para superar divisões e barreiras ideológicas à unidade europeia.

No Comité Económico e Social...

Em 1995 tornei-me membro do Comité e em 2002 fui eleito para o cargo de presidente do Grupo dos Trabalhadores (Grupo II).

No Comité dediquei grande parte das minhas energias a aprofundar os temas económicos e a política económica e social europeia.

Dos pareceres mais importantes de que fui relator gostaria de recordar o parecer de iniciativa, em 2002, sobre "Tendências, estruturas e mecanismos institucionais dos mercados internacionais de capitais".

Dos outros temas que caracterizaram os meus pareceres, destaco a política de concorrência, a política industrial europeia e a união monetária – com a participação no grupo de estudo que definiu o parecer do Comité sobre a UEM e as relações industriais - e a Estratégia de Lisboa.

A partir deste ano tenho a honra de poder coroar todas estas experiências com a de presidente do Comité durante os próximos dois anos.

Já descrevi o que serão as prioridades da minha presidência e, para concluir, gostaria de as traduzir em dois objectivos-chave institucionais nos quais nos deveremos empenhar para dar ao Comité uma perspectiva verdadeiramente orientada para o futuro: a nova Estratégia de Lisboa após 2010 e a afirmação do novo tratado europeu, que propõe mais direitos e uma maior participação.

Espero ter esclarecido, pelo menos em parte, o modo como o meu percurso deu origem aos objectivos desta presidência 2008-2010.

Mas é da história do Comité que pretendo partir para alcançar estes projectos, procurando fundir as nossas trajetórias com o objectivo de estimular, inovar e construir.

No momento em que abandono o papel de "parte" – que me acompanhou durante toda a minha vida institucional – e assumo uma responsabilidade global, constato a dificuldade desta transformação, mas sinto-me escudado pelas boas relações que estabeleci no Comité com os membros pertencentes a todos os grupos que o compõem

PT

QE-30-08-709-PT-C



Para contactar o presidente Mario Sepi:

Correio electrónico: mario.sepi@eesc.europa.eu

Tel: +32 25469297

Fax: +32 25469752



Comité Económico e Social Europeu



Direitos e solidariedade, timoneiros da globalização

PRESIDENTE MARIO SEPI: 2008-2010

A mensagem da presidência de Mário Sepi

Direitos e solidariedade, timoneiros da globalização

Solidariedade enquanto partilha de um projecto comum...

Muitas vezes o conceito de solidariedade é limitado à esfera sentimental, individual ou colectiva, associado porém à vontade, à unilateralidade, ao arbítrio. Com o lema da minha presidência – "Direitos e solidariedade, timoneiros da globalização", refiro-me a um outro conceito de solidariedade: o que se tem consolidado na nossa história europeia. Trata-se de uma ideia de solidariedade vista como reciprocidade e partilha, atenção para com o outro e participação activa.

Este conceito rejeita alguns termos recorrentes no léxico global, como, por exemplo, na cooperação internacional, a distinção entre países dadores e países em vias de desenvolvimento, mas que também se encontra no espírito de caridade ou do "compassionate conservatism" (conservadorismo compadecido).

Na solidariedade não há um que dá e outro que recebe, muito menos piedade e compaixão, não há um que decide e outro que espera sem ambições, há a partilha de situações desiguais num projecto comum.

...cristalizada no direito...

Este conceito traduziu-se ao longo dos séculos em organizações estatais, aquisições jurídicas, direito positivo, que por sua vez transformaram a caridade espontânea de quem detém o poder em direitos para o humilde. O salto qualitativo do conceito de solidariedade que, nos últimos séculos, cristalizou no direito, nos instrumentos de redistribuição (sistemas fiscais, negociação colectiva, Estado providência) e na procura da igualdade, enforma, no fim de contas, o modelo social europeu. Com efeito, este salto representa, por um lado, uma das razões de ser da nossa civilização e, por outro, a força de atracção que permite o próprio desenvolvimento da nossa civilização.

... e instrumento de competitividade

O paradoxo reside no facto de este conceito de solidariedade não ser apenas um elemento qualitativo, uma ideia de sociedade ou um conjunto de valores da nossa civilização: trata-se também de um instrumento de competitividade no desafio que é a globalização.

Nesta acepção, a solidariedade permite forçar as estruturas económicas a avançarem no sentido de um desenvolvimento cada vez mais qualitativo, elevando o nível global dos processos económicos e sociais, dando estabilidade à sociedade e prevenindo desastres sociais e ambientais que resultariam de uma procura de competitividade baseada exclusivamente na contenção de custos e nos conflitos sociais.

A procura da solidariedade não se contrapõe à globalização.

A globalização é um processo em curso, a solidariedade é o conjunto de acções e objectivos que permitem usufruir do potencial enraizado no desenvolvimento económico e social: o crescimento da civilização e a igualdade para todos.

Presidente Mario Sepi: 2008-2010

Síntese do programa

Após os primeiros cinquenta anos do Comité...

Começar esta presidência no ano do cinquentenário do Comité Económico e Social Europeu confere ao meu mandato uma dupla responsabilidade: valorizar a história do Comité e, ao mesmo tempo, projectá-lo para o futuro.

O cinquentenário do CESE foi celebrado no Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

O CESE tem um papel muito importante a desenvolver no atinente a este tema: sendo a expressão das organizações da sociedade civil pode representar uma síntese e um reflexo das diferenças sociais e culturais.

Trata-se de uma instância na qual os vários agentes da sociedade civil propõem soluções acordadas no quadro de uma função consultiva de apoio às instituições legislativas e executivas da UE.

Prever o futuro do CESE após 2008 significa empenhar-se em desenvolver o grande potencial que ele representa em termos de:

- impulso para a mudança nas nossas sociedades
- consolidação da defesa do modelo social europeu.

Avaliar as consequências das políticas nas nossas sociedades

Tal como resume o meu lema, é com base no conceito de solidariedade e direitos que pretendo orientar o trabalho do Comité.

Apesar de dois anos não ser muito tempo, representam o período ideal para consolidar alguns compromissos e imprimir uma marca para o futuro e para um papel mais forte do Comité no contexto das instituições comunitárias em geral.

Um dos grandes objectivos que devemos visar para fazer com que a voz do Comité reflecta as opiniões da sociedade deverá ser o de promover a avaliação do impacto real das políticas europeias quando são aplicadas na nossa sociedade.

Neste contexto, é necessário conhecer rapidamente as consequências das decisões europeias.

Graças aos seus membros e respectivas organizações, o Comité dispõe de uma rede excepcional para avaliar concretamente, no terreno, o impacto das directivas e os efeitos das políticas europeias. Devemos empenhar neste sentido.

Apenas desta forma poderá o Comité ser porta-voz de uma função de apoio às instituições europeias e às suas decisões, mas também estar em condições de responder, nos vários contextos nacionais e organizacionais à seguinte questão: quais foram as implicações daquela decisão para as várias categorias que compõem a sociedade? Qual o seu impacto nas relações laborais? E no progresso social e civil em cada país?

Três grandes prioridades

O Tratado de Lisboa contém uma série de artigos que reforçam a **democracia participativa**.

É da competência do Comité, antes de mais, explorar as vias para tornar efectiva a aplicação destes artigos: por um lado, reforçando o seu papel na consulta, por outro, tirando o máximo partido da iniciativa popular em matéria legislativa e, por último, traduzindo na prática, no direito derivado, os elementos de consulta e informação da sociedade civil.

As graves fracturas na nossa sociedade e a ruptura a que assistimos dos pactos sociais entre empresários, sindicatos e governos, exigem o relançar qualitativo das estruturas económicas.

A segunda prioridade é a **Estratégia de Lisboa**.

Esta estratégia apresenta-se como um projecto fundamental: colaborar com as outras instituições para abordar os temas da modernização, da sociedade do conhecimento, da concorrência internacional, da investigação, dos direitos dos cidadãos enquanto tal e enquanto trabalhadores é a chave para contribuir para a renovação das nossas sociedades.

Estamos na altura certa para apresentar novas propostas às instituições, aos Estados-Membros, aos parceiros sociais e às outras organizações que consultam o Comité.

O objectivo das novas propostas deve ser sobretudo a renovação das estruturas produtivas da sociedade europeia. Contudo, este objectivo não pode ser alcançado sem o reforço da protecção e da afirmação dos direitos e condições de vida.

Disto decorre a terceira prioridade: os **direitos** e o modelo social europeu.

Desde a luta pela entrada em vigor da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia à luta pela afirmação a todos os níveis da sua aplicação concreta.

O novo "pacto social" representado pela própria Carta dos Direitos e pelas disposições do Tratado de Lisboa tem de se tornar numa política concreta. A actualização da agenda social é o primeiro passo. A clarificação das regras do direito do trabalho e a definição da relação entre medidas europeias e medidas nacionais, incluindo as que decorrem de convenções colectivas, inserem-se nesta necessidade de clareza social e são necessárias para que os cidadãos europeus recuperem a segurança jurídica e social.

Lançar mensagens fortes: a importância da comunicação

O Comité deverá desenvolver paralelamente uma estratégia de comunicação interna e externa eficaz: a oportunidade, a eficácia e o conteúdo político deverão caracterizar a comunicação institucional de um Comité Económico e Social moderno.

O Comité deverá dar prioridade à ligação à actualidade do debate político.

O chamado "elemento de realidade" é fundamental: isto é, uma comunicação que demonstre uma atenção precisa e atempada aos temas decorrentes do debate institucional.

No quadro da comunicação externa, o objectivo deverá ser uma estratégia integrada com a acção das outras instituições europeias para aumentar a cooperação e o peso do Comité no âmbito das suas prerrogativas.